

JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Além de cumprir seu dever constitucional de fiscalizar, contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública e fornecer informações aos cidadãos, fomentando o controle social sobre a prestação de serviços públicos primordiais à sociedade, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua Escola de Contas e Gestão, tem buscado trazer ao debate questões de primordial importância para o nosso estado.

Uma revista acadêmica, editada por uma instituição educacional do nível da ECG, precisa estar antenada com as ideias e reflexões que norteiam o mundo acadêmico, mas também com os anseios da sociedade como um todo. Assim, o tema Educação ganha destaque nesta edição da **SÍNTESE**, que traz relevantes contribuições de estudiosos do assunto.

Temos vivido, nos últimos meses, momentos de turbulência e, ao mesmo tempo, de grande profusão de propostas e reivindicações, entre as quais a qualidade da Educação ganha destaque. Eleita como um dos dois Temas de Maior Significância (TMS) a que o TCE dedicou grande parte de sua força de trabalho em

2012, com o objetivo de verificar as condições de funcionamento das unidades escolares dos 91 municípios jurisdicionados e do Estado do Rio de Janeiro, a Educação ainda está longe de atingir índices dos quais possamos nos orgulhar.

Nada mais oportuno, portanto, do que tratar desse tema sob vários enfoques.

O Brasil é hoje um país urbano, diversificado do ponto de vista social, econômico e cultural, que apresenta demandas crescentes por prestação de serviços públicos de qualidade em quase todas as áreas. Como resultado do processo de descentralização política e fiscal, consagrado na Constituição de 1988, os municípios se tornaram os principais agentes promotores das políticas públicas, em especial aquelas ligadas às áreas sociais.

Nos dias atuais, as instituições públicas brasileiras, em especial, as de controle, estão sendo cada vez mais exigidas para uma melhor governança. Nesse contexto, a atualização técnica e a educação continuada dos servidores públicos tornam-se fundamentais e constituem metas primordiais da área governamental.

Essa realidade reforça a importância do papel orientador do Tribunal de Contas, que vai além da fiscalização, da qual não podemos descuidar um minuto sequer e que temos buscado sempre aprimorar, para melhor cumprir nossa missão constitucional.

Nossas publicações – entre as quais destaco a **SÍNTESE** – são instrumentos valiosos nessa tarefa pedagógica, pois não só fornecem conteúdo elucidativo aos nossos jurisdicionados, como também servem de vitrine para apresentação de trabalhos do mais alto gabarito produzidos por alunos da Escola.

É mais uma vez com orgulho, portanto, que colocamos à disposição dos interessados na melhoria da prestação dos serviços públicos e na construção de um Estado mais eficiente, este conjunto de textos que, acredito, muito contribuirão para trazer luz a algumas questões que se encontram hoje sob o foco da população e dos governantes.

Boa leitura!

Paula Alexandra Nazareth

Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão – ECG/TCE-RJ

Com a proposta de aprofundar o debate acerca da melhoria dos serviços públicos oferecidos pelos órgãos e entidades do Estado do Rio de Janeiro e dos municípios jurisdicionados ao TCE-RJ, a Escola de Contas e Gestão apresenta esta nova edição da revista **SÍNTESE**, que promove a multidisciplinariedade de enfoques, com um quadro plural de autores: alunos da pós-graduação, servidores do TCE-RJ e de outros órgãos públicos, além de acadêmicos, todos especialistas em temas vinculados à gestão pública.

Assunto da maior importância para a Escola, para a sociedade e para o país, a educação tem lugar de destaque nesta edição. O artigo de abertura é da professora doutora Lia Faria, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), que presidiu a comissão julgadora do Prêmio Ministro Gama Filho 2012, que propôs o tema. O texto versa sobre os desafios relativos ao provimento de Educação de forma coerente com o modelo de Estado a que se almeja, a partir de estudo de caso que relaciona a municipalização da educação à construção da democracia.

Marcio Henrique Cattein, servidor do TCE-RJ que foi aluno da pós-graduação da ECG, aborda a educação infantil, destacando a obrigatoriedade legal do seu oferecimento e reforçando a necessidade de avaliação tempestiva da qualidade dos serviços prestados e daqueles não oferecidos. Luciana Barcelos e Andreia Soares, alunas de mestrado em Educação da Uerj, analisam os desafios referentes ao financiamento e qualidade de ensino na educação de jovens e adultos depois da instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Mestre em Administração Pública e assessor jurídico do município de Belo Horizonte (MG), Fernando Calazans discute a validade do parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005. O autor discorre sobre essa proposta de alteração da Constituição Federal, que versa sobre a paridade entre pensões e aposentadorias de servidores públicos. Em outro instigante artigo, Adriana Silva, mestre em ciências jurídico-econômicas pela

Universidade de Coimbra, aponta questionamentos relacionados aos princípios e instrumentos inerentes à função regulatória dentro do processo licitatório do setor público e propõe a utilização desse instrumento como forma de ações afirmativas para a promoção do desenvolvimento.

Três servidores do TCE-RJ, alunos da pós-graduação da ECG, apresentam também artigos resultantes de suas pesquisas. Albano Teixeira trata da eficiência na administração pública à luz do Regime Diferenciado de Contratações, mecanismo que poderá ser utilizado nas contratações voltadas para os grandes eventos esportivos que acontecem no Brasil entre 2013 e 2016. O texto enfoca uma das principais novidades trazidas por esse novo regime, a Contratação Integrada, apontando vantagens e riscos de sua implementação, com base na experiência norte-americana.

O acesso à informação como contribuição para o fortalecimento do controle social, assunto do artigo de Liliana Moreira, e a análise dos indicadores como forma de mensurar o desempenho na gestão pública, no texto de José Carlos de Sá, evidenciam o papel estratégico que o controle externo pode desempenhar para promover a participação e o fortalecimento da cidadania em nosso país.

Por fim, gostaríamos de dedicar este número a um grande parceiro da ECG, que nos deixa muita saudade: o professor Lino Martins da Silva. Graduado em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior e Direito pela UERJ, e livre docente pela Universidade Gama Filho, foi professor e coordenador adjunto do curso de mestrado em Contabilidade pela Uerj. Consultor do Pnud e da embaixada britânica, exerceu inúmeros cargos na administração pública do estado e do município, destacando-se como o responsável pela implantação da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro e pela fusão da Contabilidade dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Na ECG, nosso querido professor Lino, incentivador de muitas iniciativas, foi palestrante em debates e seminários, contribuiu com a **SÍNTESE** e foi membro da comissão julgadora do Prêmio Ministro Gama Filho. Em resumo, o professor Lino representava o que a Escola busca construir: profissionais éticos e comprometidos, com sólida formação e com intensa atuação para fortalecer o serviço público.